ALGÁS Gás de Alagoas S.A.

GÁS DE ALAGOAS S.A. - ALGÁS

CNPJ 69.983.484/0001-32

Mensagem do Diretor-Presidente

Atendendo aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS submete à apreciação do Conselho de Administração, da Assembleia de Acionistas e da sociedade em geral, o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2018, no qual estão sumarizados os principais resultados, assim como, as Demonstrações Contábeis exigíveis, acompanhadas ainda do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia. A ALGÁS em 2018 focou seus esforços na ampliação da carteira de clientes nos diversos segmentos de mercado, saindo de 47.519, em dezembro de 2017, para 50.426 em dezembro de 2018, buscando uma maior diversificação do volume comercializado pela Companhia em mercados ainda em desenvolvimento. Com a possibilidade de eventuais falhas no suprimento e aumento do custo da energia elétrica no cenário nacional, a ALGÁS tem prospectado clientes para Geração e Cogeração de energia elétrica utilizando o gás natural como combustível, garantindo a continuidade dos negócios dos clientes em uma eventual falta de suprimento elétrico e a economia no horário de ponta. A ALGÁS continuou a trabalhar no segmento Residencial levando o conforto proporcionado pelas diversas aplicações do gás natural, razão pela qual as construtoras e incorporadoras já planejam seus empreendimentos com essas vantagens, seguindo as exigências do mercado local, assegurando assim a continuidade do crescimento para o segmento, que em 2018 foi de 6,8% em volume e 5,2% em número de usuários. Ao longo de 2018 foram mantidas as parcerias com instituições em ações sociais na área de Educação, Saúde, Esportes, Cultura e Audiovisual, firmando sua postura de incentivadora da cultura local e exercendo seu papel na responsabilidade social. Nesse quesito, cabe destacar a realização do terceiro "Edital Algás Social", objetivando, de forma transparente e buscando ampliar o número de projetos sociais que serão parceiros e incentivados pela Companhia no ano de 2019. No exercício em tela, a ALGÁS finalizou a construção e montagem da Rede de Distribuição de Gás Natural do Projeto Penedo - Arapiraca, com 66 km de extensão e capacidade para disponibilizar 340 mil m³/dia e orçou para iniciar em 2019 o adensamento da rede nos principais bairros da cidade de Arapiraca. Finalizou também, a construção e montagem do gasoduto do Projeto Pilar - Marechal Deodoro, com 14 km de extensão e capacidade para disponibilizar um milhão m³/dia, restando para até fevereiro de 2019 a finalização da nova Estação de Transferência de Custódia em Pilar e o início da operação. Esses projetos objetivam, não só a interiorização dos serviços de gás canalizado, mas, principalmente, a segurança energética aos seus usuários, ampliando as fronteiras geográficas do gás natural e assim garantindo a disponibilidade desse energético importante para o desenvolvimento de Alagoas. No que tange aos projetos de expansão de rede de distribuição em Polietileno de Alta Densidade com o objetivo de ampliar o adensamento na cidade de Maceió, a ALGÁS atingiu, até o final de 2018, a marca de 299 km e cerca de 80,0% dos bairros dessa cidade. É importante ressaltar que a ALGÁS, conjuntamente com as Companhias Distribuidoras de gás canalizado instaladas no Nordeste, lançou a "Chamada Pública Coordenada para Aquisição de Gás Natural", com previsão de recebimento das Propostas Comercial de Venda de Gás Natural até 12/04/2019. Finalmente, destaco o esforço da Companhia que, em 2018, adaptou seus instrumentos de governança e o Acordo de Acionista aos preceitos legais, principalmente no que tange à Lei nº 13.303/2016, de 30/06/16. Em 2019, a ALGÁS continuará na consecução de seus deveres estatutários, com foco no incremento da produtividade e na inovação, ciente de seu papel de estar integrado aos vetores de desenvolvimento do estado de Alagoas.

Arnóbio Cavalcanti Filho
Diretor-Presidente

Relatório da Administração 2018

1. Perfil da Empresa: A Gás de Alagoas S/A - ALGÁS atua no mercado alagoano desde 1993 como concessionária responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado. É composta por sociedade de economia mista, de capital fechado entre o Estado de Alagoas, a Petrobras Gás S.A. - GASPETRO e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda - MGEB. **2. Nossa Identidade: Missão:** Nosso propósito é prestar serviço de distribuição de gás, promovendo a integração energética e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Alagoas. **Visão:** Ser uma empresa integrada aos vetores de desenvolvimento do Estado de Alagoas, promovendo a utilização do gás de forma sustentável, reconhecida por seus valores e pela qualidade dos seus serviços. **Valores:** De bem com **a Vida**. De bem com **o Cliente**. De bem com **o Novo**. De bem com **o Outro**. De bem com **o Talento**. De bem com **a Liderança**. De bem com **a Evolução**. De bem com **o Todo**. Sempre aderente com sua missão, visão e valores a ALGÁS tem investido recursos materiais, financeiros e, fundamentalmente, humanos para entender e satisfazer as necessidades e expectativas de seus clientes, da sociedade e das comunidades com as quais interage.

3. Estrutura Societária

Acionista	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado de Alagoas	51,0%	0,0%	17,0%
PETROBRAS Gás S.A. - GASPETRO	24,5%	50,0%	41,5%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. - MGEB	24,5%	50,0%	41,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

4. Estrutura de Governança

Figura 1 - Governança Corporativa

A Governança Corporativa da ALGÁS é estruturada com os seguintes colegiados: a Assembleia Geral de Acionistas, com três membros indicados por cada um dos acionistas; Conselho de Administração instalado com oito membros, sendo quatro indicados pelo acionista Estado de Alagoas, um indicado pelo acionista GASPETRO, um indicado pelo acionista MGEB, um indicado conjuntamente pelos dois acionistas minoritários, GASPETRO e MGEB; um eleito pelos empregados como seu representante; Conselho Fiscal, com cinco membros titulares, sendo três indicados pelo acionista Estado de Alagoas, um indicado pelo acionista GASPETRO e um indicado pelo acionista MGEB; e a Diretoria Executiva, composta por três diretores indicados por cada uma dos acionistas, sendo o Diretor Presidente indicado pelo acionista Estado de Alagoas. A estrutura de governança também contempla dois órgãos de apoio ao Conselho de Administração: a Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria Estatutário, este último composto por três membros indicados por cada um dos acionistas. Essa estrutura está em consonância com a Lei 13.303/2016 e é regida por normativos próprios da Companhia: estatuto, políticas e regimento interno. A Assembleia de Acionistas e o Conselho de Administração contam ainda com o suporte do Comitê Estatutário de Elegibilidade para a análise de elegibilidade dos membros indicados para a Diretoria Executiva, para o Comitê de Auditoria Estatutário, para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

4.1. Membros Conselho de Administração

Representação	Membros	Mandato	
		Início	Fim
Estado de Alagoas	Helder Gonçalves Lima	01/07/2018	30/06/2020
	Arnóbio Cavalcanti Filho	01/07/2018	30/06/2020
	Felipe de Carvalho Cordeiro	01/07/2018	30/06/2020
	José Humberto Maurício de Lira	01/07/2018	30/06/2020
Gaspetro	Gabriela Damasceno Duarte	01/07/2018	30/06/2020
MGEB	Ricardo Antonio Cavalcanti Araújo	01/07/2018	30/06/2020
Empregados	Wilson Duarte da Silva	01/07/2018	30/06/2020
Minoritários	Raimundo Barretto Bastos	01/07/2018	30/06/2020

4.2. Membros do Comitê de Auditoria Estatutário

Representação	Membros	Mandato	
		Início	Fim
Estado de Alagoas	Marcelo Madeiro de Souza	06/11/2018	05/11/2020
Gaspetro	Alisson Rangel Del Papa Arão	06/11/2018	05/11/2020
MGEB	Alessandro Locatelli	06/11/2018	05/11/2020

4.3. Membros da Diretoria Executiva

Diretor	Membros	Mandato	
		Início	Fim
Presidente	Arnóbio Cavalcanti Filho	01/07/2018	30/06/2020
Técnico Comercial	Flavio Borges Barros	01/07/2018	30/06/2020
Administrativo Financeiro	Luciano Kulka Ribas	01/07/2018	30/06/2020

continua

continuação

Relatório da Administração 2018

4.4. Membros do Conselho Fiscal

REPRESENTAÇÃO	Membros	Mandato	
		Início	Fim
ESTADO DE ALAGOAS	George André Palermo Santoro - Titular	01/07/2018	30/06/2020
	Luiz Dias de Alencar Neto - Titular	01/07/2018	30/06/2020
	Humberto Carvalho Júnior - Titular	01/07/2018	30/06/2020
	Vago - Suplente		
	Vago - Suplente		
	Vago - Suplente		
GASPETRO	Edmilson Nascimento das Neves - Titular	01/07/2018	30/06/2020
	Ana Carolina Sartori Natal - Suplente	01/07/2018	30/06/2020
MGEB	Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Titular	01/07/2018	30/06/2020
	David dos Santos Mouta - Suplente	01/07/2018	30/06/2020

5. Ambiente Regulatório: O setor de gás natural no Brasil está sujeito à regulação de acordo com a atividade desenvolvida. A regulação das atividades de produção, importação/exportação, transporte, processamento/tratamento, estocagem e comercialização são realizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), enquanto que a regulação da atividade de distribuição de gás canalizado em Alagoas - área de concessão da ALGÁS - é exercida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL). A ARSAL tem o papel de cumprir e fazer cumprir o Contrato de Concessão que rege a atividade de distribuição de gás canalizado no Estado, regulando as relações entre o Poder Concedente, a Concessionária de serviço público e os usuários. A tarifa praticada pela ALGÁS é formada pela soma de duas parcelas: a primeira refere-se ao preço do gás natural comercializado pela empresa Supridora de gás, e a segunda refere-se à Margem Bruta de Distribuição. É de competência da ARSAL a aprovação da Margem Bruta de Distribuição e a homologação da estrutura tarifária. É com essa Margem Bruta de Distribuição que a ALGÁS realiza os investimentos e os serviços locais de gás canalizado no estado de Alagoas. **6. Atendimento ao Mercado:** A ALGÁS, ao final de 2018, alcançou a marca de 49.979 usuários consumindo 623 mil m³/dia em média. Isso representou um crescimento de 5,2% no número de usuários e mantendo o mesmo patamar de volume comercializado, quando comparado ao ano de 2017. As tabelas 1 e 2 apresentam o detalhamento da evolução das vendas e do número de usuários da ALGÁS nos últimos três anos:

6.1. Histórico de comercialização

	2015	2016		2017		2018	
Segmento	Volume, m³/dia	Volume, m³/dia	Evolução,%	Volume, m³/dia	Evolução,%	Volume, m³/dia	Evolução,%
Industrial	511.661	522.406	2,10%	518.937	-0,66%	504.938	-2,70%
Veicular	78.872	80.831	2,48%	82.739	2,36%	95.329	15,22%
Residencial	8.441	9.244	9,51%	9.975	7,91%	10.649	6,76%
Comercial	10.263	11.110	8,26%	11.452	3,07%	12.098	5,64%
Total	**609.237**	**623.591**	**2,36%**	**623.103**	**-0,08%**	**623.014**	**-0,01**

Tabela 1 - Histórico de Comercialização

6.2. Histórico do Número de Usuários

	2015	2016		2017		2018	
Segmento	n° usuários	n° usuários	Evolução,%	n° usuários	Evolução,%	n° usuários	Evolução,%
Industrial	28	32	14,29%	37	15,63%	38	2,70%
Veicular	31	31	0,00%	28	-9,68%	29	3,57%
Residencial	40.022	44.064	10,10%	46.863	6,35%	49.283	5,16%
Comercial	539	576	6,86%	591	2,60%	629	6,43%
Total	**40.620**	**44.703**	**10,05%**	**47.519**	**6,30%**	**49.979**	**5,18%**

Tabela 2 - Histórico do número de usuários

As figuras 1 e 2 apresentam, respectivamente, as vendas nos últimos anos e a participação em 2018 dos diversos segmentos onde ALGÁS atua: Ressalta-se que do total de usuários de 2018, 7 (sete) deles, 2 (dois) do segmento industrial e 5 (cinco) do segmento comercial, utilizam também o gás natural para geração de energia elétrica.

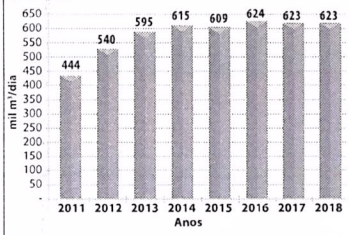

Figura 2 - Volume Comercializado

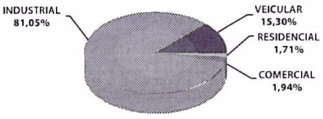

Figura 3 - participação nas vendas em volume

6.3. Segmento Industrial: Com 38 (trinta e oito) unidades usuárias, conforme representado na Tabela 1, o segmento industrial apresentou uma redução de 2,7%, saindo de 518.937 m³/dia, em 2017, para 504.938 m³/dia, em 2018. A citada redução foi devido a uma parada emergencial nas unidades da BRASKEM. O segmento industrial representa, em volume, o principal mercado consumidor da ALGÁS, correspondendo a cerca de 81% do volume total de vendas realizadas no ano 2018. Observa-se na Figura 4 a segmentação do mercado industrial atendido pela ALGÁS. É importante destacar em 2018 o aumento da participação do subsegmento cerâmico neste segmento passando de 8,8% para 10,4%, função de retomada do mercado da construção civil.

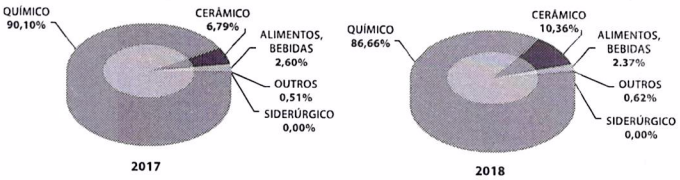

Figura 4 - Segmentação dos volumes consumidos pelo Mercado Industrial

6.4. Segmento Automotivo: Com 29 (vinte e nove) postos para revenda de gás natural veicular (GNV), conforme representado na Tabela 1, o segmento automotivo apresentou crescimento de 15,2%, saindo de 82 mil m³/dia, em 2017, para 95 mil m³/dia em média, em 2018, indicando o início da retomada de crescimento deste segmento, que é o segundo maior mercado da ALGÁS, representando 15,22% do volume total de vendas realizadas em 2018. Há de se destacar que a competitividade neste segmento flutua em função das oscilações dos preços dos combustíveis líquidos e da política de preço do supridor de gás natural. A ALGÁS se faz presente na distribuição de gás natural para fins automotivos em 7 (sete) municípios, conforme quadro apresentado abaixo:

Meio de distribuição	Municípios	Participação no volume de vendas
Rede de gás natural	Atalaia, Maceió, Penedo, Pilar e Rio Largo.	95%
Gás natural comprimido	Arapiraca e Palmeira dos Índios.	5%

Figura 5 - Meios de distribuição para gás veicular

6.5. Segmento Residencial: Com 49.283 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e três) unidades usuárias residenciais, conforme representado na Tabela 2, a Companhia ampliou em 5,16% o número de unidades residenciais consumindo no exercício de 2018, o que resultou no incremento de 6,76% do volume comercializado neste segmento, quando comparado com o volume comercializado em 2017, conforme evidenciado na Tabela 1.Vale ressaltar que ao final de 2018 a Companhia contava com um total de 67.376 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e seis) unidades usuárias contratadas, sendo 49.283 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e três) já consumindo o gás natural e as outras 18.093 (dezoito mil e noventa e três) ainda em fase de construção e com previsão de interligação nos próximos anos. **6.6. Segmento Comercial:** Com 629 (seiscentos e vinte e nove) unidades comerciais, conforme representado na Tabela 1, a Companhia acrescentou, em 2018, 38 (trinta e oito) novos usuários o que representou um aumento de 6,43% em número de usuários e 5,64% em volume de gás natural comercializado, quando comparado com o ano de 2017. Sendo um segmento bastante diversificado atendendo dentre outros ramos de atuação, restaurantes, supermercados, bares, escolas, lavanderias, hotéis e academias. **6.7. Geração e Cogeração de Energia:** Destacamos que já temos 7 (sete) usuários, sendo 2 (dois) do segmento industrial e 5 (cinco) do segmento comercial, utilizando, também, o gás natural para geração ou cogeração de energia elétrica, seja para suprir as eventuais faltas de suprimento no sistema convencional, seja para utilização no horário de ponta, seja para climatização de ambientes. A Companhia tem buscado estimular o consumo estabelecendo uma tarifa diferenciada. **6.8. Rede de Distribuição de Gás Natural:** A Rede de Distribuição de Gás Natural finalizou, em 2018, com a extensão de 513 km (214 km em aço carbono e outros 299 km em Polietileno de Alta Densidade. O gás natural está atualmente presente em 11 municípios, no caso de Palmeira dos Índios a distribuição é feita por meio de carretas com Gás Natural Comprimido - GNC, sendo que em Maceió a rede de distribuição já abrange 46 bairros. Em fevereiro de 2019 se dará o início do fornecimento de gás natural em Arapiraca, iniciando-se em um posto de GNV. É importante destacar o investimento na ampliação da Rede de Distribuição de Gás Natural na região de compreendida entre os municípios de Penedo e Arapiraca, além do aumento da capacidade de fornecimento de gás natural, em mais de um milhão de m³/dia, às atuais e futuras indústrias a se instalarem no Polo Industrial José Aprígio Vilela (Marechal Deodoro/AL).

continua

continuação

Relatório da Administração 2018

6.9. Região Abrangida pela rede de distribuição de Gás Natural

Municípios de Alagoas	Arapiraca, Atalaia, Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Penedo, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos e Satuba.
Bairros de Maceió	Antares, Barro Duro, Bebedouro, Benedito Bentes, Bom Parto, Cambona, Canaã, Centro, Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro, Cidade Universitária, Clima Bom, Cruz das Almas, Farol, Feitosa, Garça Torta, Gruta de Lourdes, Guaxuma, Jacarecica, Jacintinho, Jaraguá, Jardim Petrópolis, Jatiúca, Levada, Mangabeiras, Mutange, Ouro Preto, Pajuçara, Petrópolis, Pinheiro, Pitanguinha, Poço, Ponta da Terra, Ponta Grossa, Ponta Verde, Pontal da Barra, Prado, Santa Amélia, Santa Lúcia, Santo Amaro, Santos Dumont, São Jorge, Serraria, Tabuleiro dos Martins, Trapiche da Barra e Vergel do Lago.

Figura 6 - Região abrangida pela rede de distribuição de gás natural

7. Projeto Especial de Relacionamento e Promoção da Marca: 7.1. Projeto "Algás Calçada Verde": O projeto "Algás Calçada Verde" consiste no plantio de até duas árvores na calçada de cada prédio cliente residencial da ALGÁS. Onde tiver um gasoduto da ALGÁS, também haverá sombra e um ar mais limpo. O projeto funciona da seguinte forma: o prédio que for cliente da ALGÁS pode entrar em contato e solicitar o plantio das árvores pelo número 117, redes sociais ou pelo hotsite do projeto. Após a solicitação, a ALGÁS executa o plantio e o edifício ganha a placa do Projeto "Algás Calçada Verde". Entre as espécies escolhidas e cedidas pelo o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL), estão mudas nativas da Mata Atlântica e de raízes pivotantes, que crescem para baixo no solo e não danificam o calçamento. Para a criação dos cercados, a ALGÁS reutilizou seus restos de materiais de construção como tubos de Polietileno de Alta Densidade, preocupando-se, mais uma vez, com o reaproveitamento de materiais. Em 2018, o projeto obteve mais de 100 solicitações de plantios em clientes da Companhia. **7.2. Projeto "GNV é Mil":** Com o desafio de promover o uso do GNV e posicionar o combustível como o combustível mais econômico, a ALGÁS lançou em 2018 a promoção "GNV É MIL". A ação bonificou com mil reais os primeiros 150 motoristas de Alagoas que instalaram o kit de GNV a partir da 5ª geração e com cilindros novos em seus veículos. Lançada em setembro de 2018 e com validade até março de 2019, a promoção "GNV É MIL" esgotou todos os bônus em dezembro de 2018. A perspectiva é que tenhamos, função dessa promoção, um aumento de consumo de 5% a 8% em relação ao atual mercado de GNV. **8. Finanças:** Os principais indicadores econômicos e financeiros da Companhia nos últimos anos estão a seguir demonstrados:

Indicadores Econômicos	Unidade	Realizado 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita operacional líquida	R$ 000	173.924	193.838	206.964	231.346	238.729	261.309	304.498
	Δ%	27,57%	11,45%	6,77%	11,78%	3,19%	9,46%	16,53%
Resultado líquido	R$ 000	19.337	14.048	16.456	20.943	28.985	27.560	22.826
	Δ%	70,89%	-27,35%	17,14%	27,26%	38,40%	-4,92%	-17,18%
EBITDA	R$ 000	27.493	21.678	25.767	30.244	36.994	36.651	33.453
	Δ%	53,19%	-21,15%	18,86%	17,38%	22,32%	-0,93%	-8,72%
Investimentos	R$ 000	10.029	12.763	6.745	9.433	24.812	23.581	18.053
	Δ%	27.59%	27,27%	-47,15%	39,84%	163,05%	-4,96%	-23,44%
Custos e despesas operacionais	R$ 000	19.771	21.167	20.638	23.247	27.193	29.491	31.055
	Δ%	28.31%	7,06%	-2,50%	12,64%	16,97%	8,45%	5,30%
Patrimônio líquido	R$ 000	53.057	53.436	58.478	66.133	77.732	83.115	85.678
	Δ%	20,56%	0,71%	9,44%	13,09%	17,54%	6,92%	3,08%
Margem de distribuição	R$/m³	0,2390	0,2003	0,2033	0,2381	0,2772	0,2910	0,2850
	Δ%	17,56%	-16,19%	1,50%	17,12%	16,42%	5,00%	-2,08%

Tabela 7 - Indicadores Econômicos.

O Resultado líquido do exercício de 2018 foi de R$ 22,82 milhões, equivalente a 7,5% da receita operacional líquida, será submetido aos acionistas para deliberação quanto a sua destinação. Vale salientar que esse valor já foi impactado pelo incentivo fiscal de redução de 75,0% e do incentivo fiscal de reinvestimento, ambos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica concedido através da SUDENE, assim como o impacto do benefício fiscal dos Juros Sobre Capital Próprio. O investimento total realizado em 2018 foi de R$ 18,05 milhões, ficando com a realização de 90,4% perante o orçado para o ano, sendo 51,5% na continuidade das obras de adensamento/expansão da rede de distribuição de gás natural e o restante na melhoria do sistema de distribuição de gás natural, na modernização da infraestrutura da Tecnologia da Informação e demais projetos de suporte e melhoria. O principal motivo que determinou a não realização da totalidade dos investimentos ocorreu em função de atraso na autorização, por parte da PETROBRAS, para a conclusão da interligação da sua Unidade de Processamento de Gás Natural, com a nova Estação de Transferência de Custódia - ETC PILAR, tendo o seu cronograma revisto para conclusão em fevereiro de 2019. **8.1. Disponibilidade de Recursos Financeiros:** A Companhia finalizou o ano de 2018 com R$ 14 milhões de disponibilidade de caixa, tendo sofrido uma redução das disponibilidades em cerca de R$ 4 milhões devido, notadamente, aos investimentos realizados nas obras dos gasodutos Pilar - Marechal Deodoro e Penedo - Arapiraca. **9. Capital Humano:** A ALGÁS entende que o seu mais importante patrimônio é o capital humano, como prática de seus princípios e propósito. A Companhia atua para que seus colaboradores se sintam, cada vez mais, parte fundamental no desenvolvimento do negócio. Assim, em 2018, a ALGÁS proporcionou investimentos da ordem de R$ 380 mil em capacitação de seus colaboradores no aprimoramento de seus conhecimentos, por meio de cursos, seminários, palestras e treinamentos diversos. A consequência dessas ações é o aumento da competência da equipe, do comprometimento e da motivação dos colaboradores. A Companhia, cumprindo a sua Política de Participação nos Resultados, provisionou R$ 901 mil para distribuição aos empregados, e cumprindo a sua Política de Participação de Lucros, provisionou R$ 75 mil para distribuição aos Diretores, ambos os valores a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Os principais marcos de 2018 foram: • Continuidade do Programa de Coaching Organizacional, como estratégia de desenvolvimento de Gestores e Líderes Potenciais, com vistas a potencializar o desenvolvimento humano para o consequente desenvolvimento organizacional, com as seguintes ações implantadas: • Formação Mentoring para os Gestores, com o objetivo de potencializar a atitude de liderança dos gestores nos processos de gestão de pessoas e de resultados, por meio de conhecimento de metodologias e técnicas específicas, habilitando-os também a atuarem como mentores de suas equipes, disseminando a cultura de mentoria e desenvolvimento de talentos no ambiente de trabalho; • Aplicação da ferramenta Coaching Assessment para o grupo de 23 Líderes Potenciais, com reuniões devolutivas individuais, permitindo a geração de *insights* para o desenvolvimento e autogestão por meio do autoconhecimento e planos de ação das sessões de coaching organizacional; e • Atendimentos individuais de Coaching & Mentoring, realizados pela equipe da Gerência de Desenvolvimento Humano e Organizacional, permitindo oportunidades de autoconhecimento, ampliando a consciência de potencialidades, por meio de planos de ação e resultados pactuados, além da ampliação da visão sistêmica, e estímulo, por meio do autoconhecimento, perspectivas positivas de qualidade de vida. • Conclusão do programa de desenvolvimento de lideranças, com a participação dos gestores no Programa de Gestão Avançada da Amana Key; • Outros Programas de Desenvolvimento dos Gestores e Líderes Potenciais por meio de ações de capacitações corporativas, coletivas e individualizadas, a exemplo da capacitação em ENEAGRAMA, promovendo conhecimentos para efetiva gestão das emoções, tendo como base as competências da inteligência emocional, para evolução e desenvolvimento humano e potencialização de resultados e desempenhos por meio do processo de autoconhecimento e curso para aprendizado no uso de planilhas em "*Excel*" para todos os empregados da Companhia; • Participação de colaboradores de múltiplas áreas da Companhia no evento "Rio Oil & Gás", com apresentação de trabalhos técnicos; • Investimento da Companhia em ações de capacitação técnicas, com foco na produtividade operacional e conformidade dos processos, a exemplo de treinamentos realizados "*in company*" para cumprimento às exigências legais, a exemplo da lei 13.303/2016 e, ainda, ações de capacitação com vistas à efetiva gestão de processos críticos, tais como: RILC - Regulamento interno de licitações e Contratos, Metodologia COSO, Gestão de Riscos, Automação Industrial, Medição, tubulações industriais, entre outros; e • Adequação da estrutura organizacional e demais processos para conformidade da Companhia à Lei 13.303/2016. • Conformidade da ALGÁS em Atendimento ao Decreto nº 8.373/2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). **10. Responsabilidade Social: 10.1. Projetos Apoiados:** As ações de responsabilidade social corporativa da ALGÁS têm como foco o desenvolvimento sustentável de Alagoas visando a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O selo social "Adotei o natural, abracei o social" criado pela ALGÁS foi um dos caminhos encontrados pela distribuidora para incentivar outras empresas a conhecer o trabalho das entidades sociais e, com isso, estimulá-las a apoiar e desenvolver ações de responsabilidade social. Ciente de seu papel de estar integrada ao vetor de desenvolvimento do estado de Alagoas e do claro compromisso com os princípios éticos e sociais, a ALGÁS vem apoiando iniciativas sociais guiando-se pela sua Política de Cidadania Corporativa, que demonstra o compromisso da distribuidora em intensificar cada vez mais o apoio a projetos e ações sociais que

continua

continuação

Relatório da Administração 2018

contribuam com esse desenvolvimento. A Política de Cidadania Corporativa estabelece, entre outras ações, que os projetos apoiados pela empresa devem identificar e incentivar o desenvolvimento de novos talentos em atividades educacionais, sociais, culturais, esportivas, ambientais e da saúde; preservar e difundir aspectos e valores culturais do estado e da região, e estimular o trabalho voluntário dos colaboradores. Desde 2017, a ALGÁS vem desenvolvendo os apoios e patrocínios a projetos sociais por meio do "Edital Algás Social", que foi criado pela Companhia com o objetivo de ampliar o acesso aos recursos disponibilizados para financiamento de ações desenvolvidas em benefício do estado de Alagoas. Por meio dele, anualmente são selecionados projetos a serem executados no ano seguinte, com base em critérios claros e avaliados por uma comissão julgadora composta por três membros externos e um interno à Companhia. A seleção de projetos para a edição 2017-2018 foi realizada totalmente online por meio da "Plataforma Prosas", um sistema digital de inscrição e seleção de projetos sociais. **10.1.1. "Edital Algás Social 2017-2018":** Em sua 2ª edição, o "Edital Algás Social 2017-2018" selecionou quatro projetos, patrocinados com R$ 30 mil cada, totalizando R$ 120 mil oriundos de recursos próprios da Distribuidora. Confira a seguir os projetos selecionados para realização em 2018. **Associação Artística Saudáveis Subversivos:** A Associação Artística Saudáveis Subversivos surgiu no final dos anos 90 através da associação de um grupo de amigos interessados no uso da arte e da comunicação como motor de reflexões sobre o mundo que nos cerca em seus mais diversos aspectos. Em 2018, por meio do "Edital Algás Social 2017-2018", realizou a IX Mostra Sururu de Cinema Alagoano, a principal janela de exibição para a produção cinematográfica no nosso estado. O projeto teve como objetivo propor discussões sobre a realização audiovisual em Alagoas, estimular o surgimento de novas produções e apresentar a narrativa e a produção cinematográficas a estudantes de escolas públicas periféricas. Suas ações aconteceram em Arapiraca, Maceió e Penedo, entre os meses de setembro e dezembro. **Associação Artística Cia. do Chapéu:** A Associação Artística Cia. do Chapéu foi contemplada pelo "Edital Algás Social 2017-2018" como proponente do projeto do IV Festival de Teatro de Alagoas (Festal). A iniciativa surgiu de uma construção colaborativa conduzida exclusivamente por artistas cênicos do nosso estado e, nesta quarta edição, promoveu uma série de 15 espetáculos de teatro, dança, circo e performance em diversos espaços cênicos da cidade de Maceió e uma exposição mediada sobre a memória das artes cênicas em Alagoas, para um público de estudantes de baixa renda da rede pública de ensino municipal e estadual de Maceió. As ações do projeto voltadas ao público aconteceram de setembro a outubro. **Associação dos Artistas de Massaranduba:** Desde 2016, a Associação dos Artistas de Massaranduba (AAMA) é ponto de cultura da cidade de Arapiraca com o Navi - Núcleo do Audiovisual de Arapiraca, tornando-se um dos dez pontos de cultura que fazem parte da rede de pontos do município. Para continuar desenvolvendo ações de formação, produção e difusão audiovisual no agreste, o projeto "Navi nas Comunidades" realizou, com apoio do "Edital Algás Social 2017-2018", um ciclo de cinco oficinas teórico-práticas de cinema, para jovens de 12 a 29 anos de comunidades rurais de Arapiraca, tendo como resultado a produção de curta-metragem que, ao final do ciclo, formaram uma mostra de cinema dos filmes realizados, aberta ao público em geral. O projeto aconteceu entre maio e dezembro. **Instituto do Bordado Filé da Região das Lagoas Mundaú Manguaba:** O Instituto do Bordado Filé da Região das Lagoas Mundaú Manguaba (Inbordal) foi criado em 2014 com a missão de fortalecer a arte no estado e promover a manifestação do patrimônio cultural imaterial de Alagoas que dá nome ao instituto. Com seu projeto selecionado pelo "Edital Algás Social 2017-2018", o "Salvaguarda do filé alagoano: manutenção do saber-fazer tradicional através de oficinas de repasse", o instituto deu continuidade à transmissão da tradição do bordado filé na região das lagoas, entre Maceió, Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte, e realizou 16 oficinas de repasse com a finalidade de reeducar a prática operacional do ofício, resgatando pontos esquecidos e melhorando a qualidade de acabamento, bem como a confecção da 'malha pequena' para, com isso, aumentar a visibilidade do mercado para as peças executadas de forma diferenciada na região, agregando-lhes valor. O projeto aconteceu entre os meses de maio e dezembro. **10.1.2. "Edital Algás Social 2018-2019":** Lançado ainda em 2018 para aprovar os projetos que serão executados pela ALGÁS em 2019, o "Edital Algás Social 2018-2019" recebeu quase 70 propostas de projetos sociais, refletindo o caráter amplo e democrático do certame. Na terceira edição do Edital, a ALGÁS manteve a seleção por meio da "Plataforma Prosas", um sistema online de seleção de projetos sociais, otimizando significativamente todo o processo. Igualmente a 2018, em 2019 a ALGÁS manterá o investimento total de R$ 120 mil oriundos de recursos próprios da Companhia sem o uso de Leis de Incentivo. Os projetos contemplados na seleção de 2018 para execução em 2019 foram: "Coração de Estudante", na área de saúde e assistência social, da Fundação Cardiovascular de Alagoas; "V Festival de Artes Cênicas de Alagoas - Festal", na área de cultura, da Associação Artística Cia. do Chapéu; "Mundaú Lagoa Aberta", nas áreas de educação, esporte, meio-ambiente e cultura, do Instituto Quintal Cultural; e "Mostra Sururu de Cinema Alagoano - Edição Comemorativa de 10 anos", na área de cultura, da Associação Artística Saudáveis Subversivos. **10.2. Voluntariado Social:** Além de promover ações de compromisso com a responsabilidade social, a ALGÁS estimula as iniciativas dos colaboradores com o projeto 'Fazer o bem faz bem'. Dentro desta perspectiva, e em consonância com a Política de Cidadania Corporativa, a Diretoria Executiva aprovou, em 21/09/2019, os procedimentos para a dispensa autorizada dos colaboradores que estejam participando no desenvolvimento e apoio de trabalhos voluntários. **11. Relatório da Auditoria Independente:** Para prestar os serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, a Companhia selecionou, mediante processo licitatório, a empresa **Moreira Auditores S/S,** cuja contratação, foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração, em atendimento às disposições estatutárias. **12. Perspectivas e Desafios para 2019-2023.** A Companhia tem como desafio o contínuo incremento do seu volume de vendas, tendo como objetivo superar o patamar de 700 mil m³/dia em volume de gás distribuído até dezembro de 2022 e até dezembro de 2023 atingir 589 km de extensão de rede e 65.000 unidades usuárias interligadas. Será necessária para isso a busca incessante pela diversificação dos mercados consumidores do gás natural, como por exemplo, usuários com possibilidades de utilizar Geração e Cogeração de energia elétrica com uso do gás natural, aliado à ampliação da Rede de Distribuição de Gás Natural e o processo de interiorização do desenvolvimento. Por fim, convém destacar que a Companhia investirá R$ 60,2 milhões nos próximos cinco anos, com grande destaque para a expansão e saturação da Rede de Distribuição de Gás Natural que representa isoladamente 73,0% sobre o total a ser investido no período.

Maceió/AL, 20 de fevereiro de 2019

Arnóbio Cavalcanti Filho - Diretor Presidente
Flavio Borges Barros - Diretor Técnico e Comercial
Luciano Kulka Ribas - Diretor Administrativo e Financeiro

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.593	18.321
Contas a receber de clientes	5	21.034	19.022
Contas a receber de parte relacionadas	5 e 22	770	821
Estoques		1.651	2.200
Tributos a recuperar	6	1.344	2.011
Despesas antecipadas		131	157
Outros ativos		242	148
Total dos ativos circulantes		**38.765**	**42.680**
Não circulantes			
Tributos a recuperar	6	787	1.174
Depósitos judiciais		14	21
Créditos nas operações de aquisição de gás	7	–	2.260
Outros ativos		5.869	5.004
Total do realizável a longo prazo		**6.670**	**8.459**
Intangível	8	91.453	82.667
Total dos ativos não circulantes		**98.123**	**91.126**
Total dos ativos		**136.888**	**133.806**

Passivos	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulantes			
Fornecedores	9 e 22	16.956	12.949
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	11	2.596	2.581
Tributos a pagar	10	1.601	1.595
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13 e 22	4.413	5.265
Empréstimos e financiamentos	12	3.713	3.485
Outros passivos		478	403
Total dos passivos circulantes		**29.757**	**26.278**
Não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	12	19.491	22.458
Provisão para contingências	15	10	11
Débitos nas operações de venda de gás	7	1.952	1.944
Total dos passivos não circulantes		**21.453**	**24.413**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		56.844	51.794
Reserva de lucro		16.183	16.062
Dividendos adicionais propostos		12.651	15.259
Total do patrimônio líquido		**85.678**	**83.115**
Total do patrimônio líquido e passivos		**136.888**	**133.806**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida - Venda de gás e serviços	16	304.498	261.309
Receita de construção (ICPC 01 - R1)		19.040	29.032
		323.538	**290.341**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	(256.499)	(209.237)
Custo de construção (ICPC 01 - R1)		(19.040)	(29.032)
		(275.539)	**(238.269)**
Lucro bruto		47.999	52.072
Receitas (Despesas) operacionais		(25.210)	(23.574)
Despesas comerciais		(4.141)	(3.951)
Despesas gerais e administrativas	18	(18.652)	(21.264)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2.417)	1.641
Lucro antes do resultado financeiro		**22.789**	**28.498**
Receitas financeiras	19	3.965	3.415
Despesas financeiras	19	(1.026)	(593)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.728	31.320
Imposto de renda	20	(5.282)	(6.816)
Incentivo fiscal	20	4.289	5.519
Contribuição social	20	(1.910)	(2.463)
Lucro líquido do exercício		**22.825**	**27.560**
Lucro por ação	21	**0,033**	**0,044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendo adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	**46.131**	**9.226**	**5.997**	**16.239**	**–**	**77.593**
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	5.663	–	(5.663)	–	–	–
Dividendos adicionais aprovados (0,029/ação)	–	–	–	(16.239)	–	(16.239)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	27.560	27.560
Destinação do lucro líquido do exercício:	–	–	–	–		–
Constituição de reserva legal	–	1.133	–	–	(1.133)	–
Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	5.369	–	(5.369)	–
Complemento de dividendos obrigatórios (0,002/ação)	–	–	–	–	(1.505)	(1.505)
Dividendos adicionais propostos (0,024/ação)				15.259	(15.259)	–
Juros sobre capital próprio (0,007/ação)	–	–	–	–	(4.294)	(4.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**51.794**	**10.359**	**5.703**	**15.259**	**–**	**83.116**
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	5.050	–	(5.050)	–	–	–
Dividendos adicionais aprovados (0,029/ação)	–	–	–	(15.259)	–	(15.259)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	22.825	22.825
Destinação do lucro líquido do exercício:						–
Constituição de reserva legal	–	1.010	–	–	(1.010)	–
Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	4.161	–	(4.161)	–
Complemento de dividendos obrigatórios (0,002/ação)	–		–	–	(267)	(267)
Dividendos adicionais propostos (0,024/ação)	–	–	–	12.651	(12.651)	–
Juros sobre capital próprio (0,007/ação)	–	–	–	–	**(4.736)**	**(4.736)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**56.844**	**11.369**	**4.814**	**12.651**	**–**	**85.678**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	22.825	27.560
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**22.825**	**27.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	**361.988**	**309.471**
Vendas de produtos e serviços	360.709	307.830
Outras receitas	1.279	1.641
Insumos adquiridos de terceiros	**(252.082)**	**(207.319)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(242.658)	(198.104)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.424)	(9.215)
Valor adicionado bruto	**109.906**	**102.152**
Amortização	(9.763)	(7.176)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**100.143**	**94.976**
Valor adicionado recebido em transferência	**3.965**	**3.415**
Receitas financeiras	3.965	3.415
Valor adicionado total a distribuir	**104.108**	**98.391**
Distribuição do valor adicionado	**104.108**	**98.391**
Pessoal:	**18.103**	**17.093**
Remuneração direta	14.821	14.164
Benefícios	2.541	2.227
FGTS	741	702
Impostos, taxas e contribuições:	**60.918**	**51.869**
Federais	36.769	32.596
Estaduais	24.104	19.234
Municipais	45	39
Remuneração de capitais de terceiros:	**2.262**	**1.869**
Juros	1.026	593
Aluguéis	1.236	1.276
Remuneração de capitais próprios:	**22.825**	**27.560**
Juros sobre capital próprio	4.736	4.294
Dividendos	267	1.505
Lucros retidos	17.822	21.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.825	27.560
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização	9.763	7.176
	32.588	**34.736**
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(2.012)	(3.172)
Contas a receber de partes relacionadas	51	(331)
Estoques	549	227
Tributos a recuperar	667	4.275
Despesas antecipadas	26	(26)
Outros ativos	(94)	(37)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	2.260	1.210
Realizáveis a longo prazo	(471)	(149)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.007	(1.613)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	15	78
Tributos a pagar	6	(133)
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	8	433
Outros passivos	19	(119)
Caixa proveniente das operações	**37.619**	**35.379**
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	37.619	35.379
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(18.549)	(24.699)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	**(18.549)**	**(24.699)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(16.764)	(18.231)
Juros capital próprio pagos	(4.295)	(4.125)
Empréstimos e Financiamentos	(2.739)	8.416
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(23.798)**	**(13.940)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.728)**	**(3.260)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.321	21.581
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.593	18.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: Constituída em 2 de setembro de 1993, a Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS ("Companhia") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n° 5.408, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a Legislação Federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do Estado. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei n° 11.941 de 2 de maio de 2009 e demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas 3 e 8 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível; • Notas 3 e 5 - Provisão para perda na realização do contas a receber. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para a emissão pela administração da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS em 05 de fevereiro de 2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **a. Instrumentos financeiros não derivativos:** ***i. Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. *Contas a receber de clientes:* As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. ***ii. Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. **c. Intangível:** Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão. A Companhia tem assinado com o Estado de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa n° 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente. Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão. Os ativos intangíveis são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. **d. Avaliação do valor recuperável de ativos - *impairment: i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ***ii. Ativos não financeiros:*** O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **g. CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes:** O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da **Gás de Alagoas S/A - ALGÁS** avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias. **h. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros:** O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*. Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor justo	31/12/2017 Valor contábil	31/12/2017 Valor justo	Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.593	13.593	18.321	18.321	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5	21.034	21.034	19.022	19.022	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos nas operações de aquisição de gás (*Take Or Pay*)	7	–	–	2.260	2.260	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Passivo (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	9	16.956	16.956	12.949	12.949	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	13 e 22	4.413	4.413	5.265	5.265	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Débitos nas operações de aquisição de gás (*Take Or Pay*)	7	1.952	1.952	1.944	1.944	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

i. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamento: A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. A Companhia realizou inventário em seus contratos de arrendamento e concluiu que aqueles relativos a aluguel de veículos, estariam alcançados pela isenção, uma vez que as vigências não superam 12 meses, já o de aluguel de impressoras estaria alcançado por ter como base valores variáveis. Para os contratos da sede administrativa, do almoxarifado, do centro de atendimento (Algás Conforto) e do conjunto gerador de energia elétrica, a administração avaliou a relevância para fins de reconhecimento como ativo conforme valor mensal dispendido para tais operações, entendendo por sua imaterialidade diante dos impactos nos números atualmente apresentados pela Companhia, bem como o custo de geração da informação ser maior que o benefício por ela agregado, além do risco regulatório do reconhecimento ou não de tais valores para a composição de margem regulatória. Portanto, a Companhia não vislumbra impactos na adoção do CPC 06 (R2) para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. **j. Tributação:** ***i. Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%, com exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arranjos Produtivos Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264 de 24/11/2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, vide nota explicativa nº 16. ***ii. Impostos e contribuições sobre o lucro:*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do exercício são integralmente recolhidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia conforme descrito anteriormente, não existindo saldo a pagar na data dos balanços. A Companhia possui redução de 75% da alíquota do imposto de renda para o período de 10 anos compreendido entre 2016 e 2025, sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudo Constitutivo 0053/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **k. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo. **l. Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Gás de Alagoas S/A - Algás, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras anuais. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	365	427
Aplicações financeiras	13.228	17.894
	13.593	18.321

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundos de Renda Fixa pós-fixados e a Certificados de Depósitos Bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo que ambos possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a variações significativas de valor. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros.

5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas:	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	22.031	19.837
Provisão para perda na realização de contas a receber	(997)	(815)
Subtotal	21.034	19.022
Partes relacionadas	770	821
	21.804	19.843

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	21.804	19.843
Vencidos até 90 dias	107	115
Vencidos há mais de 90 dias	890	700
	22.801	20.658

6. Tributos a recuperar:	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicação financeira	226	455
Antecipação de IRPJ	1.178	2.031
Antecipação de CSLL	540	511
ICMS a compensar	187	188
	2.131	3.185
Circulante	1.344	2.011
Não circulante	787	1.174
	2.131	3.185

7. Débitos/Créditos nas operações de vendas e aquisição de gás: A Companhia possui contrato de compra e venda de gás junto a Petrobras (Contrato Inflexível de Compra e Venda de Gás), no qual estabelece compromisso de retirada mínima de gás. Quando a Companhia não atinge o mínimo de retirada de gás ao qual está obrigada ocorre o take-or-pay e a Petrobras emite cobrança através da aplicação do

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

preço unitário de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor recuperável pela Algás. Dessa forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas a Petrobras, sempre que o consumo exceder ao compromisso mínimo de retirada de gás pela Algás. O valor registrado como crédito nas operações de gás sofre atualização sempre que houver alteração no preço do gás. Este contrato garante à Companhia retirar o gás em meses subsequentes podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 365 dias após o encerramento do contrato. A Companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes (Contrato Inflexível de Venda de Gás), no qual estes estão obrigados a retirada mínima de gás. Quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o take-or-pay e a Algás emite cobrança através da aplicação do preço unitário de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor recuperável pelas unidades usuárias clientes. Dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir. O valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração no preço do gás de venda da Companhia. Este contrato garante aos Clientes retirar o gás em meses subsequentes podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 365 dias após o encerramento do contrato. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registros de take-or-pay por diferença no consumo de gás, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos nas operações de aquisições de gás		
Saldo inicial	2.260	3.470
(–) Compensação/Pagamento de take-or-pay	(3.703)	(1.788)
(+) Take Or Pay - Petróleo Brasileiro S/A	1.055	2
(+/–) Atualização do take-or-pay	388	576
	–	2.260
Circulante	–	–
Não Circulante	–	2.260

	31/12/2018	31/12/2017
Débitos nas operações de vendas de gás		
Saldo inicial	1.944	1.511
(–) Compensação/Pagamento de take-or-pay	(1.659)	(887)
(+) Take-or-pay clientes	887	850
(+/–) Atualização do take-or-pay	780	470
	1.952	1.944
Circulante	–	–
Não Circulante	1.952	1.944

8. Intangível:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo		
Terrenos	160	15
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.729	2.597
Móveis e utensílios	1.618	1.567
Veículos	353	456
Redes de distribuição	142.095	97.128
Equipamentos de informática	11.023	10.173
Outros	7	7
	157.985	111.943
Materiais - intangível em formação	2.757	3.305
Obras em andamento	12.493	39.522
	173.235	154.770
Amortização acumulada		
Amortização acumulada	(81.782)	(72.103)
	91.453	82.667

(*) A conta de "Obras em andamento" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

A movimentação do ativo intangível, no período findo em 31 de dezembro de 2018, está assim demonstrada:

Custo	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldo final 31/12/2018	Taxa - %
Terrenos	15	145	–	160	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.597	132	–	2.729	10% a.a.
Móveis e utensílios	1.567	51	–	1.618	10% a.a.
Veículos	456	–	(103)	353	10% a.a.
Redes de distribuição	97.128	45.005	(38)	142.095	10% a.a.
Equipamentos de informática	10.173	850	–	11.023	10% a.a.
Outros	7	–	–	7	
	111.943	46.183	(141)	157.985	
Materiais - intangível em formação	3.305	4.944	(5.492)	2.757	
Obras em andamento	39.522	9.907	(36.936)	12.493	
	154.770	61.034	(42.569)	173.235	
Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(72.103)	(9.763)	84	(81.782)	
	82.667	51.271	(42.485)	91.453	

9. Fornecedores:

	31/12/2018	31/12/2017
Petróleo Brasileiro S.A. (parte relacionada)	15.775	10.989
Outros	1.181	1.960
	16.956	12.949

A Petrobras, como estatal detentora de direitos de exploração de gás natural no Brasil, mantém contrato de compra e venda de gás natural com a Gás de Alagoas S.A., a qual por sua vez possui concessão exclusiva junto ao Estado de Alagoas para distribuição desse produto no Estado de Alagoas.

10. Tributos a pagar:

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recolher	52	14
PIS a recolher	120	123
COFINS a recolher	557	570
IRRF a recolher	730	668
INSS retido a recolher	63	127
Outros	79	93
	1.601	1.595

11. Obrigações trabalhistas e sociais:

	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	291	287
FGTS a recolher	101	67
Participação nos lucros	901	993
Férias	941	901
FGTS sobre férias	77	74
INSS sobre férias	258	247
Outros	27	12
	2.596	2.581

12. Empréstimos e financiamentos:

	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Nordeste do Brasil - circulante	3.713	3.485
Banco do Nordeste do Brasil - não circulante	19.491	22.458
	23.204	25.943

A Companhia contraiu junto ao Banco do Nordeste empréstimo no valor total de R$ 40.865, contrato assinado em 25/03/2014 com 36 (trinta e seis meses) de carência, pagamentos de parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 28/04/2017 e a última em 28/03/2023, sendo R$12.430 a juros devidos a taxa efetiva de 7,06% a.a. e R$ 28.435 a juros devidos a taxa efetiva de 8,24% a.a., valores lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em 24/05/2017 foi celebrado um aditamento ao referido contrato, estabelecendo o pagamento do saldo devedor em 84 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 28/04/2018 e a última em 28 de março de 2025. A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S.A., remunerada à taxa de 2% ao ano, cobrável mensal e antecipadamente sobre o valor afiançado.

13. Dividendos e JSCP a pagar: Os saldos em 2018 e 2017 correspondem aos dividendos mínimo obrigatório previsto no estatuto social, equivalente a 25% do lucro líquido dos exercícios de 2018 e 2017, que foram ajustados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar		
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	4.736	4.294
Dividendos declarados a pagar	267	1.505
Subtotal	**5.003**	**5.799**
(–) IRRF dos juros sobre Capital Próprio	(590)	(534)
	4.413	**5.265**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia de acordo com a legislação vigente da Lei nº 9.430/95 adotou os juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R$ 4.736 foi contabilizado como despesa financeira conforme preconiza a legislação fiscal. Portanto, parte do valor do dividendo mínimo obrigatório foi provisionada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 para distribuição como juros sobre o capital próprio e o saldo restante como dividendos, e estão sendo apresentados no patrimônio líquido, por se tratar de distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, à disposição dos acionistas para deliberação da destinação na Assembleia Geral Ordinária. Dessa forma, o total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 4.413, sendo que o montante de R$ 4.147 corresponde aos juros sobre o capital próprio, valores líquidos. Assim, ficam à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com a Resolução nº 1398/12 do CFC, ITG 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R$ 12.651 a título de dividendos adicionais propostos. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o cálculo do dividendo mínimo obrigatório ficou assim demonstrado:

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	22.825	27.560
(–) Reserva legal	(1.010)	(1.133)
(–) Reserva de incentivo fiscal	(3.915)	(5.050)
(–) Reserva para reinvestimento	(246)	(319)
Base de cálculo	17.654	21.058
(x) Percentual mínimo	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.413	5.265

14. Patrimônio líquido: Capital social: Por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 21 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia foi aumentado para R$ 56.844 (R$ 51.794 em 2017) mediante subscrição de 61.154 novas ações, sendo 20.385 ações ordinárias e 40.769 ações preferenciais, distribuídas aos acionistas na proporção de suas respectivas participações societárias e integralizadas com saldo da reserva e incentivo fiscais no valor de R$ 5.050. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era composto por 688.438 ações sem valor nominal (627.284 ações sem valor nominal em 2017), sendo 229.480 de ações ordinárias (209.095 de ações ordinárias em 2017) e 458.958 ações preferenciais sem direito a voto (418.189 ações preferenciais sem direito a voto em 2017), todas de classe única sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra. O capital social autorizado da Companhia é de 270.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudo Constitutivo nº 0053/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O saldo existente nesta reserva será utilizado para aumento de capital integralizado mediante aprovação em Assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. **Reserva para reinvestimento:** Em 2018 a Companhia pleiteou junto à SUDENE de acordo com a Lei nº 5508/68, incentivo fiscal do Reinvestimento do Imposto de Renda, para os depósitos efetuados no exercício de 2017. O saldo existente nesta reserva em dezembro de 2017, será utilizado para aumento de capital integralizado mediante aprovação em Assembleia de acionistas. Sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. O benefício consiste em depósito, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S.A., referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios. Desde 01/01/2014 a Companhia vem gozando deste benefício. **15. Provisão para contingências:** A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária, bem como processos de natureza cível. Baseada na opinião de seu assessor jurídico, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R$ 10. A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	2	2
Cíveis	8	9
	10	11

A Administração da Companhia, baseada na posição de sua assessoria jurídica, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Probabilidade de perda			
Natureza	Provável	Possível	Remota	Total da Provisão 31/12/2018
Trabalhistas	2	–	–	2
Cíveis	8	2.000	–	8
Total	10	2.000	–	10

A Companhia possui em tramite perante o foro estadual, ação cível de repetição de indébito, movida por um de seus clientes, com ação de causa no valor de R$ 2.000. Baseados na opinião de seu assessor jurídico de que as chances de perdas são consideradas possíveis, a Companhia não efetuou provisões em suas demonstrações financeiras.

16. Receita líquida:	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas gás e serviços		
Gás Automotivo	68.980	50.417
Gás Industrial	262.569	232.540
Gás Residencial	16.477	14.054
Gás Comercial	12.641	10.773
Serviços	42	46
Sub total	360.709	307.830
(–) Vendas canceladas	(165)	(246)
(–) Tributos sobre vendas	(56.046)	(46.275)
Receita Líquida - Venda de gás e serviços	**304.498**	**261.309**
Receita de Construção - ICPC 01(R1)	**19.040**	**29.032**

17. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:	31/12/2018	31/12/2017
Custo das mercadorias vendidas	(240.773)	(195.387)
Pessoal	(4.401)	(4.172)
Amortização	(8.521)	(5.968)
Outros	(2.804)	(3.710)
	(256.499)	(209.237)

O custo do gás natural por segmento é o seguinte:	31/12/2018	31/12/2017
Gás Automotivo	(36.618)	(25.930)
Gás Industrial	(194.397)	(162.476)
Gás Residencial	(4.066)	(3.128)
Gás Comercial	(4.613)	(3.582)
Outros	(175)	(271)
	239.869	(195.387)

Custo de Construção - (CPC 30 (R1) - ICPC 01(R1) (19.040) (29.032)

18. Despesas gerais e administrativas:	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(11.535)	(10.822)
Serviços de terceiros	(2.621)	(2.812)
Gerais e administrativas	(1.560)	(1.566)
Amortização	(1.242)	(1.208)
Aluguéis	(901)	(929)
Viagens e representação	(614)	(471)
Outras	(179)	(3.456)
	(18.652)	(21.264)

19. Receitas e despesas financeiras: As despesas financeiras estão representadas, basicamente por taxas e juros cobrados por instituições financeiras. As receitas financeiras são oriundas de rendimentos decorrentes de aplicações financeiras e por encargos financeiros de contas ativas em atraso. **20. Imposto de renda e contribuição social:** Em 08 de junho de 2016, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo 0053/2016, que concedeu a ALGÁS o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 583.999.992 m3/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2016, encerrando em 31/12/2025, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de lucros. A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	25.728	25.728	31.320	31.320
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	–	–	–	–
Provisões não dedutíveis	247	247	410	410
Reversão de Provisões JSCP	(16)	(16)	(74)	(74)
	(4.736)	(4.736)	(4.294)	(4.294)
Total	21.223	21.223	27.362	27.362
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.282)	(1.910)	(6.816)	(2.463)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(–) Incentivo Fiscal PAT	127	–	150	–
Imposto de renda corrente e diferido	(5.155)	(1.910)	(6.666)	(2.463)
(–) Incentivos fiscais SUDENE	4.161	–	5.369	–
Imposto de renda e contribuição social	**(994)**	**(1.910)**	**(1.297)**	**(2.463)**

21. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	22.825	27.560
Total de ações ordinárias e preferenciais (qtde/mil)	688.438	627.284
Lucro/ação	0,033	0,044

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

22. Transações com partes relacionadas: A Companhia efetuou operações com partes relacionadas em 31/12/2018 e 31/12/2017, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

	Petróleo Brasileiro S.A.		Petrobras Distribuidora S.A.		Gaspetro S.A.		Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.		Estado de Alagoas		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante												
Contas a receber de clientes	–	–	770	821	–	–	–	–	–	–	770	821
Total do ativo	–	–	770	821	–	–	–	–	–	–	770	821
Passivo circulante												
Dividendos/JSCP a pagar	–	–	–	–	1.781	2.185	1.781	2.185	851	895	4.413	5.265
Fornecedores	15.775	10.989	–	–	–	–	–	–	–	–	15.775	10.989
Total do passivo	15.775	10.989	–	–	1.781	2.185	1.781	2.185	851	895	20.188	16.254
Resultado												
Vendas de produtos	–	–	15.166	13.414	–	–	–	–	–	–	15.166	13.414
Compras	289.781	243.665	–	–	–	–	–	–	–	–	289.781	243.665

As relações existentes entre a Companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas: **Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").** Em 31 de janeiro de 2009, a Companhia celebrou contratos com a Petrobras formalizando as quantidades diárias constantes no referido termo de compromisso firmado em 1° de junho de 2008, os quais foram aprovados na AGE de dezembro de 2008. Em 04/03/2011 a Companhia celebrou aditamento ao contrato Firme Inflexível com a Petrobras, onde a Quantidade Diária Contratual na modalidade Firme Inflexível - QDCFI será de 510 mil m3 por dia para o período de 2011 a 2015, existindo a previsão contratual de que a Companhia poderá confirmar o interesse em aumentar a Quantidade Diária Contratual na modalidade Firme Inflexível de 510 mil m³ por dia para 700 mil m³ por dia a partir do mês de junho de 2013. Em 06/03/2014 a Companhia celebrou aditamento ao contrato Firme Inflexível com a Petrobras, com os seguintes objetivos: **1.** Prorrogação do prazo contratual passando seu término para 31/12/2018; **2.** Alteração da Quantidade Diária Contratual na modalidade Firme Inflexível - QDCFI para 650 mil m³ por dia para o período entre a da data da assinatura e 30/06/2015, existindo a previsão contratual de que a Companhia poderá confirmar o interesse em aumentar a Quantidade Diária; **3.** Alteração de 650 mil m³ por dia para 700 mil m³ por dia da Quantidade Diária, a partir do mês de julho de 2015; **4.** Substituição integral das cláusulas do contrato relativas ao preço inserindo uma nova metodologia de cálculo e de faturamento; e **5.** Em função da prorrogação de prazo, alterar o valor do contrato que passa a ser de R$ 1.559.058. Em 26/12/2018, a Companhia celebrou contrato na modalidade Firme Inflexível com a Petrobras, formalizando uma Quantidade Diária Contratual de 675 mil m³/dia. O referido instrumento tem vigência até 31/12/2021 e também contempla a previsão de aumento único da QDC, até o limite de 8% da QDC inicialmente contratada, desde que haja notificação para este fim até 30/04/2019. Até 30/09/2019, a Companhia poderá informar qual a QDC que vigerá a partir de 01/01/2020, estando tal quantidade também limitada à variação de 8% da QDC inicialmente contratada. O valor estimado do contrato é de R$ 1.085.878. **Petrobras Distribuidora S.A..** Mantém com a Companhia relações comerciais, como cliente do segmento veicular. **Estado de Alagoas:** Acionista da Companhia com participação de 17% do capital social. Indica o Diretor Presidente, cujo pagamento é realizado da seguinte forma pela ALGÁS, uma parcela é reembolsada a Universidade Federal de Alagoas - UFAL e outra parcela é paga diretamente ao ocupante do cargo, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. **Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.** Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social. Indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. **Gaspetro - Petrobras Gás S.A.** Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social. Indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse o que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. **23. Remuneração dos Administradores:** A Companhia possui três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor Técnico e Comercial. O conselho de Administração é composto por oito membros, sendo quatro de indicação do acionista Estado de Alagoas, um indicado pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda - MGEB, um indicado pelo acionista Petrobras Gás S/A-GASPETRO, um indicado pelos minoritários e o conselheiro empregado, eleito por voto direto dos empregados da Algás. O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2018 a despesa com honorários dos administradores alcançou o montante de R$ 986 (R$ 969 em 2017). **24. Instrumentos financeiros:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia. A administração, de acordo com a política interna da Companhia, apenas poderá manter depósitos à vista ou investimentos com instituições financeiras estatais, desde que as mesmas atendam aos critérios mínimos de classificação de riscos fixados internamente, excepcionalmente a Companhia poderá manter depósitos à vista em instituições privadas, quando necessário para a obtenção de empréstimos bancários, constituição de garantias para empréstimos e constituição de conta garantida. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não capta recursos no mercado financeiro, à exceção do financiamento junto ao BNB, conforme Nota 12, para financiamento de obras de infraestrutura de porte. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. **Derivativos:** A Companhia não operou com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e também não possui correlatos de derivativos em aberto na data do balanço. **25. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:** De acordo com o Contrato de Concessão para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Alagoas firmado entre a Companhia e o Estado de Alagoas, são obrigações da concessionária: • Realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender a demanda nos prazos e nos quantitativos cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido; • Prestar serviço adequado na forma prevista no contrato e nas normas técnicas aplicáveis; • Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão; • Cobrar as tarifas na forma fixada no contrato; • Prestar contas da gestão do serviço ao concedente e aos usuários nos termos definidos no contrato; • Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços; e • Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso em qualquer época, às obras e instalações compreendidas na concessão, bem assim aos respectivos registros contábeis. A Companhia tem cumprido com todos os compromissos e obrigações vinculados ao contrato de concessão. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. O montante da cobertura de seguros de Responsabilidade Civil contra terceiros relativo às atividades de distribuição de gás natural da Companhia é de R$ 5.000 em 31 de dezembro de 2018, em garantia única, com vencimento da apólice em 31/12/2019. Na modalidade de riscos nomeados, para o seu sistema de distribuição de gás natural, conta com um seguro que cobre incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, com Limite Máximo de Indenização de R$ 500, e a cobertura adicional de tumultos, greves, lockouts, saques e atos dolosos em R$ 200, garantia essa que se aplica aos ativos cujo valor em risco para fins de seguro é de R$ 112.367, em 31/12/2018, com vencimento da apólice em 31 de março de 2019. A Companhia também possui seguro de vida em grupo para seus empregados correspondente a: Morte Natural ou Acidental - 24 salários; Invalidez permanente Total ou parcial por acidente - 48 salários; Indenização especial por morte acidental - 24 salários; Invalidez funcional permanente total por doença - 24 salários. **27. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes até a data da emissão do relatório de auditoria.

Diretoria

Arnóbio Cavalcanti Filho
Diretor Presidente

Luciano Kulka Ribas
Diretor Administrativo e Financeiro

Flavio Borges Barros
Diretor Técnico e Comercial

Contador

José Edmar Alves Correia
CRC/AL 003723/O-9

continua

continuação

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA), as Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL), as Demonstrações do Fluxo de Caixa, as Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) e Notas Explicativas, assim como o Relatório da Auditoria Independente Moreira Auditores S/S, datado de 20 de fevereiro de 2019 sem ressalvas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, entendendo este Conselho Fiscal que as peças acima referidas estão em conformidade com as normas legais aplicáveis, à situação patrimonial e financeira da Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS e ao resultado de suas atividades, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Maceió/AL, 15 de março de 2019

Edmilson Nascimento das Neves

George André Palermo Santoro

Humberto Carvalho Júnior

Luiz Dias de Alencar Neto

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** - Maceió - AL. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **Gás de Alagoas S.A. (Algás)**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, letra "g", os administradores da **Gás de Alagoas S/A** avaliaram as principais fontes de receitas da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Nesse sentido, a administração não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 e nº 22, a **Gás de Alagoas S.A. (Algás)**, possui transações significativas com partes relacionadas, decorrentes, substancialmente, de operações de compra e venda de gás natural com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14, de que por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 21 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia foi aumentado para R$ 56.844, mediante subscrição de 61.154 novas ações, sendo 20.385 ações ordinárias e 40.769 ações preferenciais, distribuídas aos acionistas na proporção de suas respectivas participações societárias e integralizadas com saldo da reserva de incentivo fiscais no valor de R$ 5.050. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, em 08 de junho de 2016, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo 0053/2016, que concedeu a ALGÁS o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 583.999.992 m3/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2016, encerrando em 31/12/2025, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de lucros. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Gás de Alagoas S.A. (Algás).** • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Gás de Alagoas S.A. (Algás).** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Gás de Alagoas S.A. (Algás)** a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió, 20 de fevereiro de 2019

UHY Moreira Auditoria | Consultoria | Outsourcing

Uhy Moreira Auditores
CRC RS 3717 S AL

Jorge Luiz M. Cereja
Contador - CRC RS 43679 S AL
CNAI nº 539
Sócio - Responsável Técnico